

UM RETORNO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: A CONTRIBUIÇÃO DOS CLÁSSICOS AO MUNDO CONTEMPORÂNEO DO TRABALHO

André de Oliveira GERONIMO*

RESUMO: Os debates acerca das reconfigurações do mundo do trabalho na contemporaneidade têm se demonstrado peculiarmente sintomáticos ao suporem que, em decorrência de teses como as do condicionamento pós-industrial, pós-moderno e pós-capitalista das sociedades do tempo presente, as relações de produção estariam não mais limitando, mas impulsionando emancipatoriamente o desenvolvimento das forças produtivas. Revisitando algumas das clássicas contribuições acerca da divisão social do trabalho nas sociedades modernas, este artigo tem por objetivo analisar as recentes disposições que, de modo análogo aos tradicionais estudos sobre as relações entre as instâncias de produção, distribuição, troca e consumo, têm apresentado a similar tendência em reduzir o diagnóstico do modo de produção e sistema social capitalista à contemplação das transformações do mundo do trabalho, fundamentando assim um necessário retorno à crítica da economia política para a efetiva compreensão dos significados impressos pela aplicação de novas técnicas, tecnologias e conhecimentos científicos às relações de produção atualmente vigentes.

PALAVRAS-CHAVE: Economia política. Materialismo histórico. Mundo do trabalho.

O trabalho e sua centralidade nas relações sociais contemporâneas

Analisar o significado sintetizado pelas reconfigurações do mundo do trabalho à realidade social contemporânea é um exercício que, por mais que

* Doutorando em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - andregeronimocs@gmail.com.

se delimite a uma ou outra dimensão particular de suas formas de expressão, remete-se necessariamente à compreensão dialética das relações pelas quais nós, seres humanos, nos constituímos enquanto seres sociais.

Isto quer dizer que, para além das formas imediatas pelas quais apreendemos as transformações que tomam corpo em meio às relações de produção - isto é, pelo aumento ou diminuição das taxas de desemprego, pelo crescimento ou retraimento de determinados setores produtivos, pelo superávit ou déficit das balanças comerciais, pela flutuação cambial, pela alta ou baixa dos preços, bem como por tantas outras tipologias que nos servem diariamente como indicativos do estado em que se encontram economias e mercados por todo o globo -, há ainda outros aspectos de nossa vida social que estão imanentemente vinculados tanto aos modos pelos quais dividimos socialmente o trabalho necessário à produção dos bens, serviços e todas as outras riquezas que compõem a estrutura econômica de nossa sociedade quanto aos modos pelos quais justificamos e legitimamos socialmente esta divisão.

Os discursos que tomaram corpo sobre a afirmação do esgotamento das sociedades industriais a partir da primeira metade do século XX demonstraram-se, neste sentido, questionáveis. Não somente pela alegação de que a exploração das forças produtivas teria perdido sua centralidade em favor do desenvolvimento cultural das organizações sociais, mas também pela argumentação de que o trabalho imaterial carregaria consigo, na subsunção dos processos de valorização do capital pela reestruturação das relações produtivas, um potencial libertador. Sendo o valor de serviços, técnicas, informações e conhecimentos científicos de grandeza imensurável em comparação às mercadorias tangíveis, tais discursos afirmariam, portanto, a suspensão da teoria do valor-trabalho, ao que a tradicional lógica de acumulação capitalista já não mais teria sentido como fundamento da sociabilidade contemporânea.

Na trilha dos diagnósticos que teriam constatado o condicionamento pós-industrial, pós-moderno e pós-capitalista das sociedades pela superação generalizada dos estatutos outrora vigentes é que alguns autores sustentariam que teríamos então alcançado, tal como declarara Francis Fukuyama na última década do século passado, o fim da história.

Deste modo, pautando-se pelas reestruturações produtivas transcorridas durante o último século, tais teses julgariam que: a substituição do trabalho humano como força produtiva predominante pela técnica e pela ciência, como argumentara Daniel Bell (1977), teria deslocado a preponderância dos interesses econômicos e políticos em meio à luta de classes travada entre capitalistas e tra-

balhadores assalariados no seio da sociedade industrial, relegando assim as ideologias a uma posição secundária e supérflua frente às transformações históricas; a dispersão da materialidade histórica pela relativização linguística da objetividade, a exemplo do que afirmara Jean-François Lyotard (2013), teria dado lugar às metanarrativas que encerrariam os horizontes revolucionários e emancipatórios da humanidade, ao passo em que as características típicas da modernidade não mais vigorariam como modelo de orientação das relações sociais; e a superação da condição tipicamente capitalista pelas sociedades em detrimento destas afirmações e em consequência das reconfigurações que a os processos de valorização pautados sobre as dimensões imateriais do trabalho engendrariam nas relações de produção, tal como sustentara Peter Drucker (1993), visto que o acúmulo de capitais pela exploração do trabalho como força produtiva já não faria rodar a engrenagem que manteria e daria movimento ao capitalismo enquanto modo de produção e sistema social.

Supondo, deste modo, que as contradições inerentes ao capitalismo industrial, a emancipação humana objetivada pela razão iluminista, bem como a dialética entre forças produtivas e relações de produção estariam fora de questão na contemporaneidade, tal como sinalizara Fukuyama pelas afirmações de que “[...] a democracia liberal pode constituir o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a forma final de governo humano” e de que o capitalismo seria a direção para a qual a evolução das sociedades apontaria, as teses apoiadas sobre o fim das classes e dos projetos revolucionários de transformação histórica convergiriam na defesa de que o modelo de organização representado pelas democracias capitalistas se apresentaria de modo tão mais bem acabado e autônomo em seu poder de determinação das relações sociais que seria impossível conceber sua superação por um outro modo de produção das condições necessárias à existência social dos indivíduos que pudesse se demonstrar ainda mais desenvolvido em termos econômicos e políticos, sendo a sociedade pós-industrial, pós-moderna e pós-capitalista a última etapa possível de evolução das sociedades ao longo das eras (FUKUYAMA, 1992, p. 11).

Por mais que tomássemos por válida a superação dos fundamentos sociais pelos quais teriam síntese as contradições típicas do capitalismo em sua fase liberal, persistiria a questão: como poderíamos conceber que as crises que têm ciclicamente se arrastado até a história recente seriam compatíveis com a ideia de que a simbiose entre as democracias liberais e o capitalismo seria a melhor forma possível de organização social e estaria, ainda, em pleno acordo com a reprodução social da humanidade através dos tempos? Mesmo que recuperássemos

o clássico argumento da economia política de que as crises seriam mecanismos necessários ao equilíbrio social, como poderíamos ainda explicar as desigualdades sociais expressas pela exponencial concentração de renda nas mãos de uma ínfima parcela populacional, tanto quanto os desastres ambientais consequentes da contínua exploração da natureza e a latente inaptidão dos Estados-Nação em solucionarem os problemas causados e intensificados pela transnacionalização de mercados e conflitos sociais?

Parte da teoria social atual tem se debruçado sobre o intento de reconstruir as bases para uma crítica da economia política pautada sobre a sociabilidade imaterial efetivada pelas reestruturações produtivas das quais decorreram as reconfigurações do mundo do trabalho na contemporaneidade. Prova disso são as diversas dissertações, teses, publicações e pesquisas acadêmicas que têm se localizado sob a herança marxista, das quais tem destaque analítico a continuidade crítica do legado de André Gorz, Antonio Negri, André Tosel, Yann Moulier-Boutang, Maurizio Lazzarato, Michael Hardt, dentre tantos outros notáveis estudiosos.

As abordagens derivadas deste fôlego reconstrutivo apresentam, de modo geral, um diagnóstico comum ao apontarem o reducionismo segundo o qual as teses do radical “pós” teriam interpretado a teoria do valor-trabalho, sobretudo nos escritos de Karl Marx. Ainda que contando com divergências que não podem ser suprimidas, a comum frente crítica destas abordagens aos apologistas das possibilidades históricas abertas pelas reestruturações produtivas e pelas reconfigurações do trabalho é a de que estes últimos, amalgamando técnicas, tecnologias e conhecimentos científicos às forças produtivas, teriam hipostasiado o antagonismo de classes que cingiria os projetos de transformação revolucionária da sociedade, visto que as relações de produção já não mais se pautariam pelas contradições inerentes à determinação e à equivalência valorativa das mercadorias produzidas por meio do trabalho.

Esboçada a amplitude de tais discussões, bem como considerado o restrito espaço deste breve e sintético estudo, a proposta deste artigo não é propriamente adentrar o debate acerca da relação entre valor e trabalho imaterial, mas recuperar, dos limites traçados pelo pensamento econômico clássico e pelos resquícios do pensamento fisiocrático - aos quais se têm recorrido com tanta frequência na atualidade para se justificar o ideário neoliberal -, as possíveis contribuições que a superação crítica da economia política poderia ainda oferecer para a análise das bases que efetivamente legitimam e sustentam as consequências práticas e teóricas advindas da defesa dos estatutos pós-industriais, pós-modernos e pós-capitalistas.

Deste modo, a abordagem aqui proposta é a de que, partilhando semelhante consideração sobre o valor-trabalho, isto é, sua equivocada determinação na economia política clássica e sua indeterminação nas teorias da sociabilidade produtiva pelo trabalho imaterial, defensores do capitalismo liberal e do pós-capitalismo não estariam praxiologicamente preocupados nem com o diagnóstico e nem com a superação das contradições presentes entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção das sociedades correntes, mas com a justificação de ideologias que, não tomadas e nem declaradas objetivamente em suas análises, ignorariam os equívocos que só poderiam ser devidamente analisados a partir de uma epistemologia de matriz crítica, materialista e dialética da história.

A divisão social do trabalho e a estrutura econômica no pensamento clássico

Superando a concepção fisiocrática de que apenas as riquezas advindas diretamente da natureza movimentariam o fluxo econômico das sociedades e, assim, compreendendo os significados característicos que a particular inserção das tecnologias manufatureiras e industriais imporia aos sistemas mercantis, a análise desempenhada pela economia política clássica sobre o modelo lógico da produção, da distribuição, da troca e do consumo obteve relativo êxito ao traçar as origens da divisão social do trabalho ao que Adam Smith descreve, em *A riqueza das nações*, como a propensão humana em “[...] intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra” (SMITH, 1996, p. 73). Seria então em virtude de tal disposição natural que, ao se relacionarem pela divisão das atividades produtivas, os indivíduos poderiam não só suprir suas necessidades com um dispêndio muito menor de trabalho, como também ampliar sua produção geral de forma que cada um pudesse adquirir, pelo intercâmbio de uma fração de sua própria produção excedente, parte do saldo produtivo de outros indivíduos.

Deste modo, para além da naturalidade com que as trocas teriam se estabelecido historicamente como princípio da divisão social do trabalho, a especialização produtiva teria se demonstrado igualmente providencial à consolidação das economias nacionais, visto que, ao invés dos indivíduos se empenharem isoladamente, cada qual executando todas as tarefas necessárias à manutenção de sua própria existência, estes poderiam se dedicar tão somente a uma tarefa de modo que melhor se tornassem proficientes em sua execução, aumentando diretamente sua produtividade individual e, indiretamente, a produção e a quan-

tidade geral de produtos disponíveis para, através da permuta, satisfazerem suas necessidades de consumo.

Uma vez generalizada a divisão social e a especialização do trabalho, um indivíduo, para ser capaz de obter certa diversidade dos gêneros imprescindíveis a sua subsistência, teria então necessariamente de intercambiar aquilo que produziu pelos bens produzidos por outros indivíduos, o que incorreria, como percebe Smith, na inevitável determinação de uma unidade comum para se mensurar a equivalência entre os diferentes produtos trocados:

Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida. Todavia, uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, são muito poucas as necessidades que o homem consegue atender com o produto de seu próprio trabalho. A maior parte delas deverá ser atendida com o produto do trabalho de outros, e o homem será então rico ou pobre, conforme a quantidade de serviço alheio que está em condições de encomendar ou comprar. Portanto, o valor de qualquer mercadoria [...] é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. Consequentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias (SMITH, 1996, p. 87).

Neste contexto, em que “o trabalho foi o primeiro preço, o dinheiro de compra original que foi pago por todas as coisas”, Smith constata que à equivalência natural do valor das mercadorias ao trabalho necessário à sua produção teria reciprocidade uma natural razão entre a oferta das mercadorias produzidas e a demanda por seu respectivo consumo. Deste modo, sendo o mercado de trocas regido pela paridade valor-trabalho, Smith avalia que o abastamento ou a miséria dos indivíduos não se daria senão segundo seu empenho próprio.

Smith também observa que, em razão da complexificação das trocas e da busca pelo modo mais conveniente de expressão do valor-trabalho por meio de uma unidade que pudesse, de fato, viabilizar as trocas de modo universal, o dinheiro teria passado a constituir-se como a forma aceita de troca tanto entre trabalho quanto entre mercadorias. Logo, o acúmulo patrimonial de dinheiro, convertido ao estado de capital nas mãos de um indivíduo em particular, poderia então ser empregado na contratação de outros indivíduos que, organizados na produção de mercadorias sob o fornecimento prévio de matérias-primas, ou mesmo na venda de seu trabalho combinado em troca de um salário, possibili-

tariam assim a venda de sua produção acrescida de um lucro, de um valor que, saldando as taxas salariais e as matérias-primas utilizadas, ofereceriam um retorno ao empregador e seu empreendimento:

No momento em que o patrimônio ou capital se acumulou nas mãos de pessoas particulares, algumas delas naturalmente empregarão esse capital para contratar pessoas laboriosas, fornecendo-lhes matérias-primas e subsistência a fim de auferir lucro com a venda do trabalho dessas pessoas ou com aquilo que este trabalho acrescenta ao valor desses materiais. Ao trocar-se o produto acabado por dinheiro ou por trabalho, ou por outros bens, além do que pode ser suficiente para pagar o preço dos materiais e os salários dos trabalhadores, deverá resultar algo para pagar os lucros do empresário, pelo seu trabalho e pelo risco que ele assume ao empreender esse negócio (SMITH, 1996, p. 102).

Não sendo nenhum dos custos produtivos de uma mercadoria, que valor teria o lucro?

Como prossegue Smith, o valor acrescentado pelos trabalhadores assalariados à mercadoria teria sua composição pautada por dois elementos, o primeiro proporcional ao pagamento de seu próprio salário e, o segundo, ao empresário pelo capital e pelos salários adiantados em seu negócio. O lucro de um empresário seria então objetivado de forma independente aos salários, devendo-se não à compressão destes últimos, mas em proporção ao trabalho do empregador enquanto investidor e incorporador dos riscos comerciais.

O modelo explicativo de Smith faria assim desacreditar os conflitos de interesses entre trabalhadores assalariados e empregadores, visto que o lucro destes não dependeria da baixa salarial, mas tão somente da prática do valor de venda de suas mercadorias em uma relação concorrencial. Haveria, deste modo, um princípio de harmonia social que fundamentaria não uma disposição conflituosa em meio às relações de produção, mas de colaboração que permitiria o enriquecimento mútuo das partes produtivas, sendo o antagonismo classista derivado não das contradições presentes nos processos de distribuição da riqueza, mas do desconhecimento de como funcionariam as leis econômicas por parte das classes industriais, arrendatárias e assalariadas. Ainda assim o que se verificava, como Smith não pôde deixar de reconhecer, era uma tendência geral dos salários serem nivelados o mais baixo possível, bem como a existência de intensas disputas entre as classes por todas as economias nacionais.

Apesar da antinômica teoria smithiana do valor, como contraditoriamente se caracterizariam ainda muitas de suas outras argumentações, Smith concebe que a divisão social do trabalho, imperando sobre a constante necessidade produtiva, regularia também os mercados segundo uma lógica natural em que uma “mão invisível” conduziria a economia de forma que esta proporcionasse, independentemente dos conflitos ocasionados pelas desigualdades econômicas, o benefício geral de toda a sociedade, dado que, “[...] ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo” (SMITH, 1996, p. 438).

A harmoniosa e idealizada visão semeada por Smith, de que a sociedade estaria caminhando rumo a seu pleno desenvolvimento em meio ao progressivo aperfeiçoamento e à paulatina inserção das tecnologias industriais nos processos produtivos, no entanto e pouco mais do que vinte anos depois da publicação de seu intento em investigar a natureza e as causas da riqueza das nações, acabou por expor sua fragilidade diante das conjunturais possibilidades históricas colocadas em questão por Thomas Malthus.

Em detrimento da consideração de que as economias nacionais poderiam ser mensuradas e avaliadas em termos de sua produtividade - isto é, segundo sua capacidade de produzir bens em uma proporção excedente a sua necessidade de consumo - e de sua empregabilidade - isto é, da razão entre o número de trabalhadores empregados em tarefas produtivas e seu total de habitantes -, a sustentação teórica de que a riqueza progrediria naturalmente pelas práticas do livre mercado entrou em rota de colisão com o assombro malthusiano de que, em conformidade com as disposições instintivas dos seres humanos e as limitações naturais da cultura do solo, o crescimento populacional apresentaria uma tendência em superar a capacidade produtiva existente à época, implodindo a aparente reciprocidade que Smith considerava existir entre os modos distributivos da produção e a harmonia social.

Na consideração dos fatores que condicionariam, natural e socialmente, os limites ao crescimento populacional, Malthus argumenta o que constata como “[...] uma verdade óbvia [...] que a população deve sempre ser mantida abaixo do nível dos meios de subsistência”, já que “a população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica” enquanto que “os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética” (MALTHUS, 1996, p.235-236). Tomando então a miséria das massas trabalhadoras como, mais do que algo inevitável e de inócua remediação, uma providência natural de contenção do

crescimento populacional, Malthus afirma ainda ser “[...] uma verdade evidente que, qualquer que seja a taxa de aumento dos meios de subsistência, o aumento da população deve ser por ela limitado, pelo menos até que os alimentos tenham sido divididos em quantidades mínimas para a subsistência da vida” (MALTHUS, 1826, p. 49, tradução nossa).

O argumento de Malthus aparenta, em uma primeira análise, justificar a ambiguidade da tese smithiana de que, mesmo que as diferentes classes produtivas pudessem desfrutar proporcionalmente das riquezas obtidas pelo aumento geral da produtividade, o que se apresentaria na realidade seria uma disposição universal dos empregadores pagarem tão somente o mínimo possível a seus trabalhadores. Tal prática, em acordo com as proposições malthusianas, corroboraria assim com a contenção do crescimento populacional de modo que este ficasse sempre abaixo dos limites produtivos do setor agrícola, evitando então a generalização da fome. Considerando válida a lei da oferta e da demanda de Smith, no entanto, esta mesma aparência não se manteria, já que, em detrimento do aumento dos estoques de capitais, seu reinvestimento na ampliação produtiva possibilitaria o emprego de mais trabalhadores e, assim, os salários invariavelmente se elevariam. Não haveria, portanto, possibilidade conciliativa entre a harmonia social smithiana e a contingência populacional advogada por Malthus em benefício da reprodução da sociedade capitalista.

Em conjunção à previsão sobre a incompatibilidade entre o crescimento populacional e a insuficiente produção de bens para o atendimento das necessidades humanas, há ainda a crítica malthusiana dirigida à suposta generalização das formulações smithianas de que a todo e qualquer aumento de capital teria também reciprocidade um equivalente enriquecimento - consideradas as diferenças distributivas entre salários, rendas e lucros -, das camadas populacionais de uma nação. É que, como já esboçado anteriormente e ainda segundo Malthus, na medida em que a divisão social do trabalho efetivaria um acréscimo na produtividade geral do trabalho, os excedentes gerados entre a diferença do que foi produzido e do que foi consumido, convertido a título de investimento na própria produção, promoveria também a ampliação da capacidade de uma nação empregar produtivamente sua população.

Esta relação entre desenvolvimento econômico, crescimento populacional e limites produtivos poderia ainda ser compreendida, mais sucinta e sinteticamente, segundo uma “causalidade circular e cumulativa” em que:

[...] o crescimento da produtividade do trabalho, que tem origem em mudanças na divisão e especialização do processo de trabalho, ao proporcionar o aumento do excedente sobre os salários permite o crescimento do estoque de capital, variável determinante do volume de emprego produtivo; a pressão da demanda por mão-de-obra sobre o mercado de trabalho, causada pelo processo de acumulação de capital, provoca um crescimento concomitante dos salários e, pela melhora das condições de vida dos trabalhadores, da população; o aumento paralelo do emprego, salários e população amplia o tamanho dos mercados que, para um dado estoque de capital, é o determinante básico da extensão da divisão do trabalho, iniciando-se assim a espiral de crescimento (FRISTSCH, 1996, p. 9-10).

O aumento da oferta de emprego poderia e tenderia, de fato e como supunha Smith, a elevar os salários. Esta elevação, no entanto, não significaria necessariamente ganhos objetivos para as massas trabalhadoras. Isto porque, na concepção malthusiana, o ganho objetivo dos assalariados não poderia ser medido pela mera acumulação de seus salários, mas pela manutenção dos fundos de trabalho, reservas capazes de proporcionarem minimamente a subsistência e a reprodução das massas trabalhadoras que, derivando primariamente da oferta de alimentos, vincularia o valor não tão somente ao trabalho incorporado em mercadorias produzidas através dos processos manufaturados, mas também e fundamentalmente - como se situa nas formulações de Malthus -, na produção de gêneros agrícolas.

As teses malthusianas - muitas vezes contraditórias e obscuras, como analisaria David Ricardo em diversas oportunidades, tanto quanto descabidas pela desconsideração da produtividade alcançada pela aplicação das tecnologias à produção alimentícia -, não são capazes de sustentar, em sua integralidade, a anulação do que Malthus tomou como os desdobramentos das colocações de Smith diante da história. Apesar disso, e aqui se coloca preponderantemente a contribuição de Malthus à economia política clássica, seus argumentos explicitariam que, apesar de ter traçado análises no sentido de explicar como os lucros se originariam em meio às relações de produção, bem como estes flutuariam diante da lógica mercantil, Smith não foi capaz de formular uma teoria geral do lucro, o que também não o teria permitido apreender, objetivamente, a possibilidade de que a mão invisível que teria regência sobre o livre mercado poderia, sem a devida intervenção do Estado na ampliação da renda fundiária, gerar crises econômicas pela oferta excessiva de produtos manufaturados.

É que, dado que o lucro dos empresários tenderia a ser reinvestido na ampliação da produção manufatureira, que, por suas capacidades de automatização produtiva, reduziria o número de empregados necessários à produção e, assim, os salários pagos a estes, seria lógico que os trabalhadores, em vista de seu limitado poder aquisitivo, priorizassem a compra de produtos agrícolas visando sua subsistência. Logo, os produtos manufaturados não encontrariam demanda de mercado, ocasionando, por sua ociosidade, a conseqüente não realização de seu valor, o que impediria sua conversão em lucros e salários e, assim, ciclicamente, que os trabalhadores assalariados pudessem adquirir a produção agrícola necessária à sua manutenção vital. Toda a economia entraria então em uma fase estacionária.

Apesar de seus muitos equívocos, Malthus teria adiantado à economia política, através da análise dos desdobramentos lógicos que teriam sido considerados por Smith na defesa do livre mercado, alguns dos problemas centrais ao princípio de acumulação capitalista que se arrastariam até a contemporaneidade na discussão do papel desempenhado pelos Estados e blocos comerciais na intervenção e regulação de mercados e economias por todo o globo.

Em continuidade, enquanto Smith postulava a naturalidade com que a relação entre a oferta e a demanda de mercadorias regularia estaticamente o equilíbrio mercantil, foi Jean-Baptiste Say quem teorizou este equilíbrio a um nível dinâmico, afirmando que, mesmo que ocorressem crises geradas pelo excesso temporário de ofertas, estas tenderiam a se equacionar pela redução geral dos preços e, conseqüentemente, pela redução dos estoques de mercadorias, possibilitando assim um reequilíbrio entre a lei da oferta e demanda.

Say supõe, deste modo, que toda e qualquer produção seria necessariamente consumida tanto quanto toda a renda seria necessariamente gasta em meio aos processos de troca, dispondo produção e consumo como termos equivalentes:

É bom observar que um produto acabado oferece, a partir desse instante, um mercado para outros produtos equivalente a todo o montante de seu valor. Com efeito, quando o último produtor acabou um produto, seu maior desejo é vendê-lo para que o valor desse produto não fique ocioso em suas mãos. Por outro lado, porém, ele tem igual pressa em desfazer-se do dinheiro que sua venda lhe propicia, para que o valor do dinheiro tampouco fique ocioso. Ora, não é possível desfazer-se de seu dinheiro, senão procurando comprar um produto qualquer. Vê-se, portanto, que só

o fato da criação de um produto abre, a partir desse mesmo instante, um mercado para outros produtos (SAY, 1983, p. 139).

Assim, mesmo que um determinado gênero de mercadorias estivesse ofertado em excesso frente a sua demanda, haveria ainda outros gêneros em menor disponibilidade, igualando homeostaticamente oferta a demanda, necessidade de produção a necessidade de consumo. Explicitando a mediação desempenhada pelas mercadorias na dinâmica autorregulação econômica em que a oferta criaria sua própria demanda, Say argumenta ainda que é a produção que determina a renda e, por sua vez, sendo a renda parte elementar da produção, é a própria produção - a oferta - que permite o consumo e é o consumo - a demanda - que possibilita a continuidade produtiva. Colocado de outra forma, nas palavras de Say, é a produção, por sua capacidade de produzir mercadorias e rendas, é a oferta, que funda efetivamente sua demanda, “[...] daí resulta, embora à primeira vista pareça um paradoxo, que é a produção que propicia mercados para os produtos” (SAY, 1983, p. 137).

Demonstrando historicamente que nem toda oferta tende a encontrar sua equivalente demanda e nem toda a baixa de preços pode significar a reposição dos gastos primeiramente dispendidos na produção, Malthus argumenta que, mesmo no caso de um excesso temporário de determinadas mercadorias, o decréscimo de seu preço que deveria elevar o valor do dinheiro, em verdade, poderia ocasionar uma estagnação econômica generalizada. Ilustrando sua colocação pela situação da Inglaterra durante as guerras napoleônicas, Malthus afirma que a grande oferta de produtos agrícolas a baixos preços não teria efetivado sua necessária demanda diante de tal conjuntura, representando um déficit nos lucros que

[...] impediu que os agricultores empregassem a mesma quantidade de trabalho ao mesmo preço. Por isso muitos trabalhadores foram inevitavelmente despedidos. Visto que sem o mesmo número de braços a terra não podia ser cultivada da mesma forma, os solos piores não foram mais trabalhados, muito capital agrícola foi destruído e as rendas caíram em toda parte. Esse colapso no poder de compra, que atingiu todos os que arrendavam ou possuíam terras, naturalmente ocasionou uma estagnação geral em todos os outros ramos de negócios (MALTHUS, 1996, p. 105).

Com o intuito de sistematizar uma possível solução ao problema da estagnação econômica pela saturação dos mercados, Malthus postula a necessária intervenção estatal na distribuição da renda de modo a equilibrar a demanda geral de mercadorias pela manutenção constante de mercados consumidores. Assim, como a concebe, esta medida deveria se orientar à compensação daqueles que, responsáveis pela produção dos bens fundamentais à subsistência populacional, poderiam também equilibrar o mercado de produtos manufaturados pela ampliação de seu consumo e de sua capacidade de empregar a massa trabalhadora, reconhecendo então que “[...] não há dúvida de que os proprietários de terra representam a parcela mais importante” na ordem dos subsídios (MALTHUS, 1996, p. 215).

Instigado pelas teses de Malthus, sobretudo pelas que pautavam uma possível sistematização do lucro a partir da relação entre produção agrícola e arrendamento da terra, bem como pela diferença dos preços entre os cereais e as mercadorias manufaturadas, tanto quanto pelas sínteses de Smith, Say e outros teóricos fisiocratas e economistas políticos sobre as leis naturais que teriam vigência sobre a renda fundiária, os lucros e os salários, Ricardo toma como objetivo determinar com maior precisão o real objeto da economia política em sua forma clássica, ao que esboça no prefácio de *Princípios de economia política e tributação*:

O produto da terra - tudo que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital - se divide entre três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo. Em diferentes estágios da sociedade, no entanto, as proporções do produto total da terra destinadas a cada uma dessas classes, sob os nomes de renda, lucro e salário, serão essencialmente diferentes, o que dependerá principalmente da fertilidade do solo, da acumulação de capital e de população, e da habilidade, a engenhosidade e dos instrumentos empregados na agricultura (RICARDO, 1996, p. 39).

Perpassando a motivação de Smith em buscar as condições que teriam possibilitado o avultamento da riqueza por meio da divisão social do trabalho, Ricardo debruça-se particularmente à questão da acumulação de capitais pela relação distributiva de composição do valor entre as diferentes classes que se inter-relacionariam produtivamente.

Neste sentido, mesmo ao reconhecer objetivamente que, em detrimento do equilíbrio da produção e do consumo desempenhado pela troca de mercadorias, a distribuição de tudo aquilo que foi produzido entre todos aqueles que participaram dos processos produtivos nem sempre seria equitativa, Ricardo argumenta que a simetria entre trabalho e valor, à semelhança da formulação smithiana, comporia uma equivalência fundamental às trocas.

Sendo o valor, no entanto, uma expressão direta do trabalho necessário à produção de uma mercadoria, o lucro que Smith afirmava compor o preço de uma mercadoria em conjunto com a taxa salarial não poderia, então, se sustentar. Isto porque o valor não dependeria do custo do trabalho, mas da quantidade de trabalho dispendido no ato produtivo, ao que “[...] o valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho” (RICARDO, 1996, p. 43).

Ao diferenciar o custo do trabalho da quantidade de trabalho necessária à produção de uma mercadoria na determinação do valor, Ricardo pontua que mesmo o trabalho assalariado seria uma mercadoria e seu custo, tal como o custo de quaisquer outras mercadorias, poderia variar segundo as leis de mercado. Deste reconhecimento adviria também a constatação de que, sendo o valor de uma mercadoria integralmente correspondente à quantidade de trabalho necessário à sua produção, o lucro de um capitalista não se daria em adição ao custo representado pelas taxas salariais no valor de venda de um produto, mas se daria sobre elas, isto é, o lucro não seria algo relativo à determinação do valor das mercadorias em conjunção ao custo dos salários, mas à forma de distribuição dos produtos da divisão social do trabalho.

Sintetizando que a medida equivalente das trocas seria dada primeiramente pela quantidade de trabalho necessária à produção das mercadorias e não pelas taxas salariais, como vigorava na economia política desde as formulações de Smith, Ricardo desmistifica a naturalidade com que as relações de produção submetem os atos produtivos à lei da oferta e demanda dos mercados. Ao situar o lucro como o elemento que diferenciaria o valor do trabalho e o valor das mercadorias por ele produzidas, Ricardo desvela também que lucros, rendas fundiárias e salários não teriam origem na distribuição do que foi socialmente produzido, mas justamente determinariam o modo pelo qual se daria esta distribuição.

Enquanto Smith, para justificar o motivo pelo qual os trabalhadores assalariados não poderiam receber a integralidade do valor criado por sua atividade produtiva, teria postulado que o valor das mercadorias seria composto da soma de salários e lucros no setor manufaturado e de salários e rendas fundiárias na produção agrícola, Ricardo, percebendo que a distribuição dos montantes resultantes da circulação de mercadorias se daria, objetivamente, sempre em uma relação inversa entre si, divergiria de Smith ao teorizar que haveria uma proporcionalidade dos lucros em relação aos salários, mas não necessariamente em relação aos capitais investidos. Logo, independentemente da quantia adiantada por um empregador sob a forma de investimento para que seu negócio pudesse se movimentar produtivamente, seu lucro não se daria pela quantia adicional à taxa salarial incorporada no valor de venda de uma mercadoria, mas da diferença entre este mesmo valor e os salários efetivamente pagos.

Em síntese, numa explicação mais prática, enquanto Smith tentava justificar que o lucro se daria de forma independente aos salários pagos, fossem estes altos ou baixos, ignorando o imaneente conflito econômico entre empregadores e trabalhadores assalariados, Ricardo tornou objetiva esta relação ao desvelar que lucros e rendas só poderiam se constituir em uma proporção inversa aos salários pagos, isto é, que os lucros e rendas só poderiam ser tão mais altos quanto mais baixos fossem os salários dos trabalhadores.

Tal sistematização analítica, porém, não livraria Ricardo das colocações de Malthus, visto que, se os salários dos trabalhadores fossem sempre tão baixos que não os permitisse adquirir muito mais do que os produtos agrícolas necessários à sua subsistência, haveria ainda um descompasso na capacidade de circulação dos bens manufaturados, o que poderia incidir sobre uma crise econômica generalizada sobre todos os setores produtivos.

Esta questão, dentre tantas outras que teriam persistido até a contemporaneidade na problematização de como os modos de organização do trabalho poderiam viabilizar o desenvolvimento econômico e social das forças produtivas e das relações de produção capitalistas de forma harmônica, coloca-se de modo central à proposta analítica aqui elaborada. Esta centralidade, a exemplo do que demonstraram as várias políticas econômicas historicamente praticadas - tais como o expansionismo e protecionismo mercantilista, o livre mercado, o capitalismo de Estado, o Estado de bem-estar social, o desenvolvimentismo e, mais recentemente, as medidas neoliberais, para citar apenas algumas de destaque -, seria também o núcleo de sustentação do necessário retorno à crítica da economia política para se discutir objetivamente o que as teses pós-industriais,

pós-modernas e pós-capitalistas pretendem significar em favor do argumento de que o desenvolvimento histórico pela superação das contradições produtivas e pela abolição das classes teria encontrado seu fim.

Assim, antes de prosseguirmos e, em conclusão parcial à exposição até aqui realizada, é possível constatarmos que a análise do trabalho, de sua divisão social e das relações de produção sintetizadas em meio aos princípios organizativos das sociedades modernas, já na economia política clássica, teria desempenhado uma categoria de mediação até então desconsiderada fora do conhecimento filosófico e fisiocrático. Portanto, em detrimento das preocupações sobre o ordenamento da vida social pelo exercício da cidadania, tal como se deu pela filosofia antiga, sobre a moral e a ética na filosofia medieval, bem como sobre o direito natural e positivo nas concepções jusnaturais e contratualistas, consideramos que a análise da atividade laboral a fim de suprir as necessidades humanas como princípio de sociabilidade entre um indivíduo, considerado isoladamente, e o restante da sociedade, tal qual uma coleção de indivíduos inter-relacionados através da produção social de sua própria existência, fundamentaria a contribuição basilar que nos permitiria compreender, na contemporaneidade, a realidade social a partir das configurações atuais do mundo do trabalho.

As contribuições da crítica da economia política às teorias sociais contemporâneas

Ao sintetizar as limitações dos modos idealistas e materialistas de produção do conhecimento Marx indica, em suas *Teses ad Feuerbach*, que a toda forma de pensamento teria correspondência uma forma de prática social, demonstrando assim que todo esforço analítico que se debruçasse sobre a compreensão dos fenômenos históricos de tal modo que estes se dessem de forma apartada da realidade, como se estes fossem abstrações suficientes a sua própria explicação, tenderia a meramente reproduzir, de modo descritivo, estes fenômenos e sua força de determinação sobre as relações sociais. Mantendo-se reduzidos ao nível contemplativo, estes esforços analíticos só poderiam então conceber suas explicações a partir de indivíduos singulares, isolados das relações que tornam os seres humanos em seres propriamente sociais ou, então, descreverem a sociedade tal como ela se apresenta fenomenologicamente, como um corpo diferenciado dos indivíduos que a ela dão síntese. A epistemologia do reducionismo analítico ignoraria, portanto, a relação dialética pela qual as ações humanas condicionariam concreta e historicamente as relações sociais e pela qual as relações sociais,

ao condicionarem historicamente a sociabilidade dos seres humanos, condicionariam também a concretude das formas humanas de pensamento e ação.

Neste sentido, ao argumentar que “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras”, enquanto “o que importa é transformá-lo”, Marx analisa que, para além da contemplação filosófica, o modo pelo qual caberia ao pensamento humano alcançar as verdades objetivas dos fenômenos sociais seria a “atividade revolucionária, prático-crítica” no sentido da práxis, do pensamento que, tendo também poder de intervenção sobre a história, seria capaz de contrapor-se, emancipatoriamente, às formas de coerção e dominação econômico-políticas das sociedades de classes (MARX, 2013, p.533-535).

Sistematizando sua crítica de modo a apreender dialética e materialmente a história, Marx analisa, em sua *Contribuição à crítica da economia política*, que o tradicional modelo analítico da produção, distribuição, troca e consumo, na medida em que conceberia os indivíduos fora de seu contexto social, idealizaria estes sujeitos a partir do que estes teriam sido em alguma época remota da história passada, e não como síntese da individualidade que foi tão possibilitada quanto condicionada pelo esfacelamento da ordem feudal e pelo desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção já durante o século XVI.

A consideração praxiológica em crítica à economia política clássica compreenderia então que, diferentemente das idealizações “robinsonadas” - a exemplo do romance *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, -, a divisão social do trabalho se objetivaria através de “indivíduos produzindo em sociedade, portanto uma produção de indivíduos socialmente determinada” que exigiria que, sempre que se tratasse da produção, se fizesse referência “[...] à produção num estágio determinado do desenvolvimento social [...] à produção de indivíduos vivendo em sociedade” (MARX, 2003, p. 225, 227). Reiterando a intuição de Ricardo, Marx afirma que, no decorrer do desenvolvimento histórico das relações de produção e das forças produtivas de uma sociedade, em detrimento da troca e do consumo - instâncias que estariam invariavelmente presentes em toda e qualquer organização que dividiria socialmente o trabalho necessário à produção das necessidades a sua existência social -,

O modo de produção [...] é determinante para a nova distribuição que se faz. Embora se apresente como condição prévia do novo período de produção, ela própria, por sua vez, é um produto da produção, não só da produção histórica em geral, mas desta ou daquela produção histórica determinada (MARX, 2003, p. 243-244).

A contribuição crítica de Marx seria, portanto e fundamentalmente, a de que, na consideração da produção, da distribuição, da troca e do consumo enquanto elementos analíticos da economia política, ao mesmo tempo em que cada uma das categorias elencadas comporia parte de uma mesma totalidade, estas estariam dispostas de forma dialética na caracterização econômico-política das relações sociais. O modo pelo qual se daria a produção determinaria, portanto, todas as outras categorias e, por sua vez, por elas seria determinado: por um lado, a distribuição, a troca e o consumo não poderiam exceder o que foi produzido, efetivando-se somente de uma forma tão limitada quanto possibilitada pela produção; e, por outro lado, o desenvolvimento ou retração das trocas em detrimento do aumento ou decréscimo produtivo, condicionando a distribuição dos produtos da divisão social do trabalho, condicionaria também o incremento ou a restrição do consumo possível. Logo haveria, na leitura de Marx, uma organicidade que, superando o reducionismo analítico com que a economia política teria descrito a lógica produtiva capitalista, compreenderia o capitalismo para além da economia, apreendendo também a dimensão de sua sociabilidade.

Tal síntese aponta também para a correspondência entre as formas de pensamento e as conclusões a que teriam chegado, de forma geral, os economistas políticos. Ao elaborarem suas análises por categorias como o trabalho, seu valor, sua produtividade e sua equivalência, todos os pensadores aqui tratados - podendo-se ainda ampliar esta abrangência a todos os economistas políticos que precederam Marx -, preocuparam-se em investigar apenas a parte da realidade que lhes interessava diretamente, isto é, em investigar os modos pelos quais o domínio da lógica mercantil e capitalista, as reconfigurações da produção fundiária e a organização do trabalho assalariado influenciavam a formulação de políticas sobre os tributos, fundos de investimento, importações e exportações e os subsídios às atividades produtivas.

Por mais que se estendesse a temas diretamente relacionados com a teorização da realidade social, como uma totalidade para além das relações de mercado, a economia política, por meio de seus formuladores, não foi capaz de se livrar de seu encanto pelo mundo burguês. Concebendo suas análises como modelos racionais de compreensão do funcionamento da sociedade, os economistas políticos teriam entendido todas as suas categorias e instituições - a exemplo dos lucros, rendas, salários, capitais, tipos de propriedade e relações de mercado - como características naturais das relações sociais, dadas a partir das disposições imanentes dos seres humanos em se socializarem fundamentalmente por meio de suas atividades produtivas e do intercâmbio dos produtos de seu labor.

A diversidade com que teriam se constituído as muitas teses da economia política traduziriam, também, a concepção adotada em seus métodos: mesmo diante das tantas contradições que seus teóricos não puderam deixar, inclusive, de reconhecer em suas obras, tais teses afirmaram suas conclusões como se o seu mero poder de abstração pudesse concretizar suas intenções sobre a realidade. Mesmo teorizando que os lucros em nada tinham com os baixos salários e, assim, a cooperação produtiva entre empregados e empregadores teria só a contribuir com o enriquecimento geral e a harmonia social das nações, Smith reconheceu a contradição imposta pela realidade a suas formulações:

Nossos comerciantes e donos de manufaturas reclamam muito dos efeitos perniciosos dos altos salários, aumentando o preço das mercadorias, e assim diminuindo a venda de seus produtos tanto no país como no exterior. Nada dizem sobre os efeitos prejudiciais dos lucros altos. Silenciam sobre os efeitos danosos de seus próprios ganhos. Queixam-se somente dos ganhos dos outros (SMITH, 1996, p. 145-146).

De modo semelhante Malthus, mesmo ao justificar que as baixas salariais eram providenciais à manutenção do crescimento populacional dentro dos limites produtivos, fez crer que a desigualdade entre as classes sociais era natural ao afirmar que “[...] evidenciou-se que, a partir das leis inevitáveis da nossa natureza, alguns seres humanos devem sofrer por causa da necessidade. Existem pessoas azaradas que na grande loteria da vida tiraram o bilhete em branco” (MALTHUS, 1996, p. 310).

Tendo sido mais preciso em suas formulações, Ricardo não moralizou suas percepções sobre os conflitos de interesses entre as classes, deixando claro que as contradições nas questões distributivas estariam em pleno acordo com a naturalidade que pregava o livre comércio, como demonstra, por exemplo, ao se questionar se “[...] pode haver algo mais evidente que a queda dos lucros quando os salários aumentam?” e, ainda, ao afirmar que “[...] não existem limites para a demanda ou para o emprego de capital, enquanto este proporcionar lucros, e que, por mais abundante que o capital se torne, não há outra razão para a redução dos lucros a não ser o aumento dos salários” (RICARDO, 1996, p. 83, 214).

Se, mesmo em sua incapacidade de determinação objetiva do valor do trabalho e da devida consideração das conseqüências que a desigual distribuição dos produtos socialmente produzidos traria à organização da sociedade burguesa, os economistas políticos não se resguardaram de afirmar que a instituição das

relações mercantis e capitalistas de produção efetivou historicamente a igualdade jurídica entre os seres humanos, no que estes se diferenciariam dos atuais teóricos que, alegando a impossibilidade de determinação do valor do trabalho imaterial, justificariam que as contradições do capitalismo estariam suprimidas, bem como as causas de suas crises e o condicionamento econômico-político das classes?

Tal como se deu na revolucionária transformação da ordem feudal em nome dos ideais burgueses, a industrialização das relações produtivas sintetizou uma nova sociabilidade entre os seres humanos, fundando, efetivamente, o ser social moderno e sua individualidade. Considerando que, tal como sistematizou metodologicamente Marx, não há fenômenos sociais aos quais não correspondam as condições históricas em que estes têm síntese, seria razoável nos questionarmos sobre qual seria a sociabilidade fundada pelas relações pós-capitalistas.

Sendo um dos destaques mais recentes do radical “pós”, o artigo de Paul Mason, *Postcapitalism - the end of capitalism has begun*, apresenta três características fundamentais que comprovariam a sociabilidade pós-capitalista: 1. a necessidade de trabalho necessário à produção geral teria diminuído, tornando incertos os limites entre trabalho e lazer e a correspondência entre trabalho e salários; 2. a informação teria ocupado a centralidade dos bens tangíveis, forçando os mercados a recorrerem a outros critérios para o estabelecimento dos preços de suas mercadorias; e 3. as tradicionais relações de trabalho assalariado estariam dando lugar a formas mais diversificadas, livres e flexíveis de relacionamento produtivo, tais como a terceirização, o empreendedorismo e o colaboracionismo voluntário.

Em detrimento destes fatores, Mason conclui que “[...] novas formas de propriedade, novas formas de financiamento, novos contratos legais: toda uma subcultura de negócios emergiu nos últimos dez anos [...] e isso deve se seguir uma mudança em nosso modo de pensar - sobre a tecnologia, propriedade e trabalho” (MASON, 2015, tradução nossa).

Para além de sua nova morfologia, em que medida estes novos modos de relacionamento produtivo incidiriam sobre a superação das contradições capitalistas? Como constata uma ampla bibliografia inscrita na historiografia do pensamento marxista, as reestruturações produtivas pelas quais a sociabilidade capitalista passou, pelo menos ao longo do último século, ressignificaram de modo substancial os modos de organização do trabalho, mas de maneira alguma chegaram a contestar, efetivamente, a lógica de acumulação e autovalorização do capital. Inversamente ao que se poderia esperar, tal como teriam prognosticado as teses sobre os potenciais libertadores das tecnologias, estas reestruturações teriam justamente reforçado a lógica fundamental do capitalismo pelo realocamento

de suas contradições internas sobre outros pressupostos que não aqueles que seriam os seus tradicionais gatilhos: a superprodução, o subconsumo e a queda tendencial da taxa de lucro.

Assim como a negação da força gravitacional sobre os corpos não teria garantido ao filósofo seu poder de caminhar sobre as águas, a predominância do trabalho intelectual sobre o manual, como teria descrito Bell, não deslocaria a centralidade da dialética entre as forças produtivas e as relações de produção tipicamente capitalistas, eliminando assim suas consequências nas relações sociais em favor das sociedades pós-industriais, mas tão somente reestruturaria as formas de autovalorização do capital de modo que a exploração do trabalho cognitivo se mantivesse ainda adequada aos processos de acumulação; a relativização semântica das verdades, como faria crer Lyotard, não objetivaria a condição pós-moderna pela desintegração da materialidade histórica, mas ofereceria apenas um engodo ideológico ao reacionarismo; a sociabilidade pós-capitalista que teria sido fundada sobre a eliminação das típicas fontes de crises do capitalismo, como sustentaria Drucker, não superaria efetivamente a lógica capitalista, mas apenas a reestruturaria de modo que suas contradições tivessem outras formas de expressão; e, do mesmo modo, a defesa do fim da história como teria elucidado Fukuyama não encerraria as possibilidades de desenvolvimento das sociedades, mas seria apenas o imperativo de uma astúcia que, pela abdicação dos horizontes emancipatórios, ofereceria a eterna reprodução do tempo presente e de suas mazelas sociais.

Arauto contemporâneo destes discursos, Mason parece não perceber que, ao se deslumbrar pelas promessas pós-capitalistas, seu encanto se dá muito mais pelas formas que pelos conteúdos da rotação, do giro em torno de seu próprio eixo, da história das sociedades de classes, ao que se espanta pelos potenciais ainda mais elevados do trabalho imaterial, cognitivo e informacional em se apropriar do labor humano em favor da lógica do capital:

O poder da imaginação se tornará crucial. Em uma sociedade da informação, nenhum pensamento, debate ou sonho é desperdiçado - seja concebido em uma tenda de acampamento, cela de prisão ou em volta de uma mesa de pebolim em uma companhia startup. Como acontece com a manufatura virtual, na transição para o pós-capitalismo o trabalho no estágio de seu planejamento pode reduzir erros na fase de implantação. E o plano do mundo pós-capitalista, assim como os softwares, pode ser modular. Pessoas diferentes podem nele trabalhar em lugares

diferentes, em diferentes velocidades, com relativa autonomia entre si. Se eu pudesse materializar livremente a existência de algo seria uma instituição global que modelaria corretamente o capitalismo: um modelo de código aberto de toda a economia [...]. Todo experimento executado através dele o enriqueceria, seria de código aberto e com tantos pontos de dados como os mais complexos modelos climáticos (MASON, 2015, tradução nossa).

Antes imaginadas como meios de diminuição do trabalho necessário à produção e reprodução da existência social dos seres humanos, o que se constata é que as transformações do mundo do trabalho pautadas pela ciência e pelas tecnologias informacionais, longe de representarem modos cada vez mais emancipados de sociabilidade, revelarem-se, objetivamente, como meios ainda mais eficazes de submissão do labor humano à lógica de acumulação do capitalismo enquanto modo de produção e princípio de organização social.

É aqui que, em detrimento das teorias sociais contemporâneas que ignoram a apreensão materialista e dialética da história, o legado crítico da economia política pode oferecer suas contribuições. A contradição à qual incorrem estas teses, ao ignorarem que a realidade social só pode ser pensada a partir da “síntese de suas múltiplas determinações” e que a realidade é, em si, “[...] um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação” (MARX, 2003, p. 248), é a de analisar o capitalismo a partir do trabalho quando, como objetivamente se mostra, a análise do mundo do trabalho não pode explicar a totalidade das relações sociais sintetizadas pelo modo de produção capitalista, mas tão somente pelo trabalho sob a condição capitalista.

Em conclusão, o corolário que aqui pode ser sintetizado é o de que, longe da adesão às superficiais e reducionistas teses contemporâneas acerca das condições pós-modernas, pós-industriais e pós-capitalistas, a superação da economia política clássica por sua crítica dialética e materialmente embasada da história tem ainda muito a contribuir com a compreensão do mundo do trabalho tal como este se apresenta à realidade contemporânea, demonstrando a vocação que a sociabilidade capitalista possui em realizar a máxima lampedusiana de que é preciso que as coisas mudem para que continuem as mesmas.

A RETURN TO THE CRITIQUE OF POLITICAL ECONOMY: THE CLASSICS' CONTRIBUTION TO THE CONTEMPORARY WORLD OF WORK

ABSTRACT: *The debates about the contemporary world of work reconfigurations have peculiarly demonstrated themselves as symptomatic in supposing that, as a result of theses as the post-industrial, post-modern and post-capitalist condition of societies in the present time, the relations of production would no longer be limiting, but boosting, in an emancipatory way, the productive forces development. Revisiting some of the classics contributions regarding the social division of labour in modern societies, this article aims to analyse the recent efforts that, analogous to traditional studies on the relationship between the instances of production, distribution, exchange and consumption, have shown similar trends in reducing the diagnostic of capitalism as social system and productive mode to the contemplation of the world of work transformations, justifying thus a necessary return to the critique of political economy to the effective understanding of the meanings inscribed by the application of new techniques, technologies and scientific knowledge to the currently existing productive relations.*

KEYWORDS: *Political economy. Historical materialism. World of work.*

REFERÊNCIAS

- BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- DRUCKER, P. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993.
- FRISTSCH, W. Apresentação. In: SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p.5-19.
- FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.
- MALTHUS, T. **Ensaio sobre a população**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- _____. **An essay on the principle of population**. 6th. ed. London: John Murray, 1826. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Malthus/malPlong30.html>>. Acesso em: 8 abr. 2016.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. Teses ad Feuerbach. In: _____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 533-535.

MASON, P. Postcapitalism: the end of capitalism has begun. **The Guardian**, 17 jul. 2015. Disponível em: <<http://tiny.cc/theendofcapitalism>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

RICARDO, D. **Princípios da economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

SAY, J. B. **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.